

Austeridade: Análise a partir da abordagem de Direitos Humanos

Valéria Burity

FIAN Brasil

Comissão de Direitos Humanos do Senado,

04 de Julho de 2018

Brasília/DF

CrITÉrios – Sistema Internacional de Proteção de DDHH

I – Interesse imperativo do Estado;

Exposição de Motivos nº 00083/2016 MF MPDG, de 15 de junho de 2016: o objetivo da EC 95 é reverter o “quadro de agudo desequilíbrio fiscal” do Governo Federal, o que leva à “perda de confiança dos agentes econômicos e as altas taxas de juros, que, por sua vez, deprimem os investimentos e comprometeram a capacidade de crescimento e geração de empregos da economia”.

II - Necessidade, temporariedade, razoabilidade e proporcionalidade;

III – Exaurimento de alternativas e medidas menos restritivas;

“Os Estados devem provar que as medidas de austeridade foram introduzidas após cuidadosa consideração de todas as outras alternativas menos restritivas, inclusive ajustes na política tributária”

IV – Vedação de medidas que geram discriminação diretas ou indiretas;

V – Proteção ao conteúdo mínimo essencial dos direitos, ou um nível mínimo de proteção social em todo o momento;

VI – Consulta e participação dos grupos afetados;

Obrigações e Princípios - Direitos Humanos

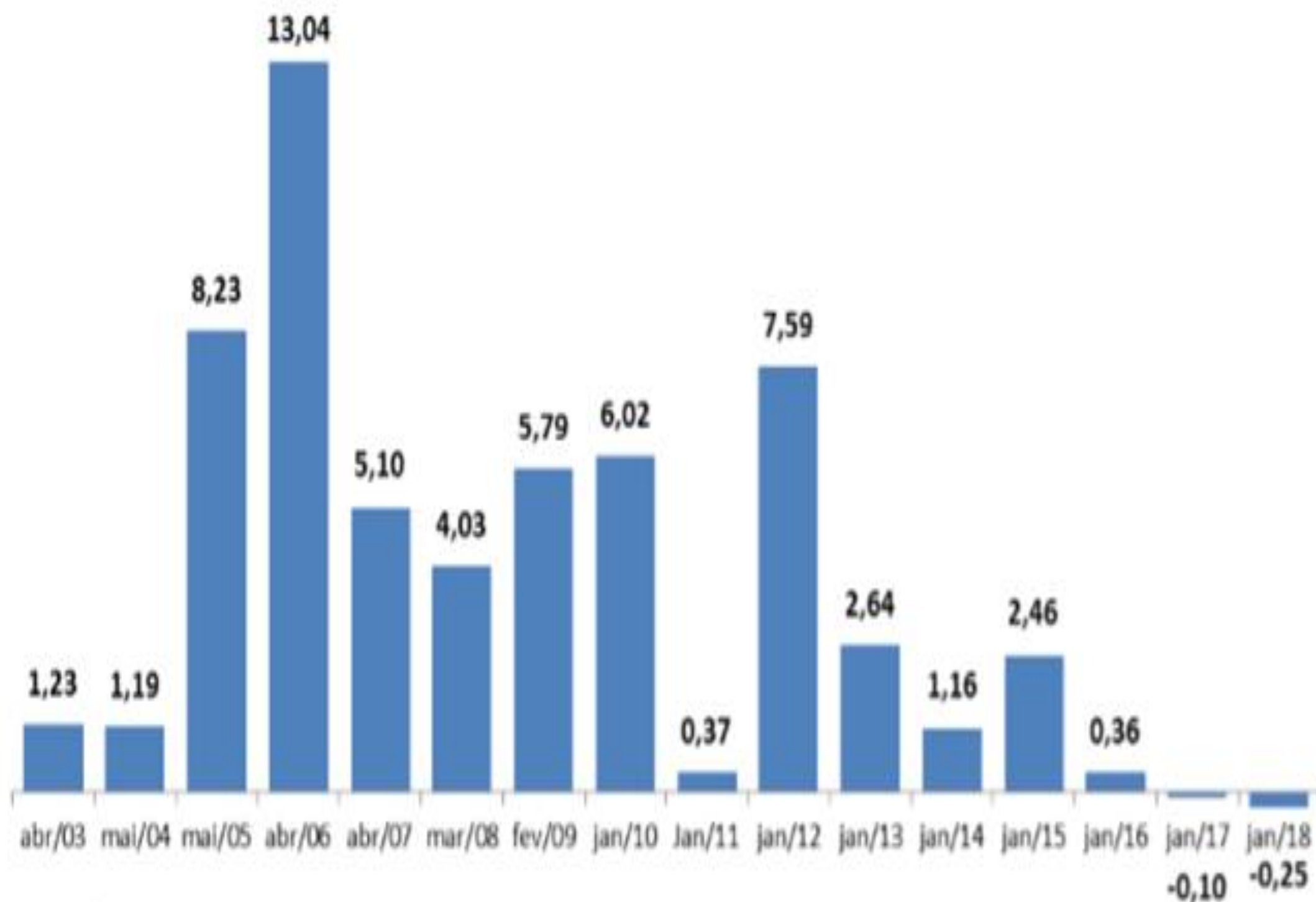
- i. Obrigações de respeitar, proteger e dar efetividade (facilitar e prover) DDHH dentro e fora de seus territórios;
- ii. **Realização progressiva;**
- iii. **Proibição de retrocesso;**
- iv. Obrigação de satisfazer o conteúdo mínimo;
- v. Mobilização máxima dos recursos disponíveis;
- vi. Proibição de discriminação;
- vii. Ajuda e cooperação internacional
- viii. **transparência, prestação de contas e participação social**

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA/PNAD - IBGE)

Brasil	2004	2009	2013
Segurança Alimentar	60,1	65,9	64,2
Insegurança Alimentar Leve	20,3	20,9	17,1
Insegurança Alimentar Moderada	11,3	7,4	5,1
Insegurança Alimentar Grave	8,2	5,8	3,6

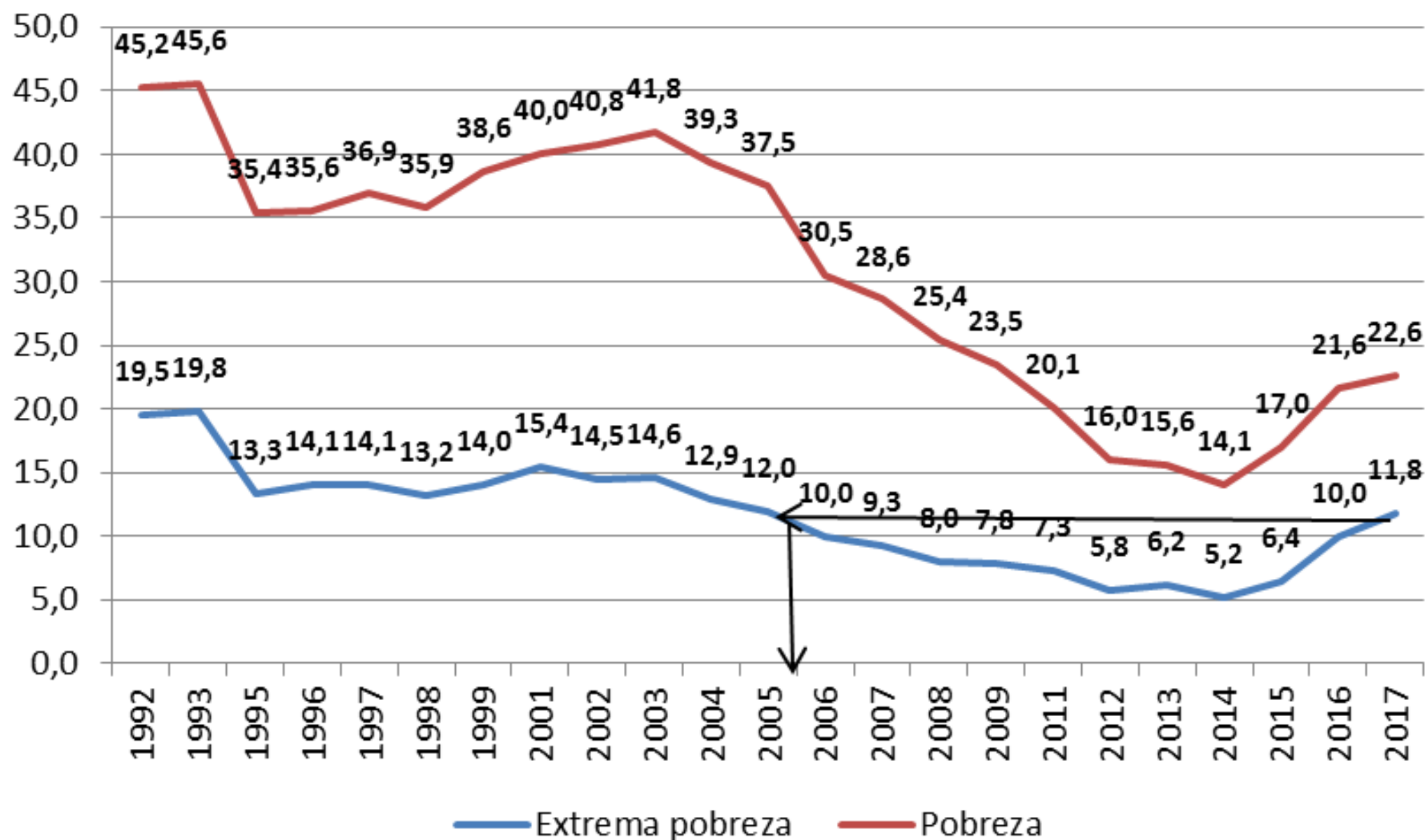
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

GRÁFICO 1
Aumentos reais no Salário Mínimo em %
2003-2018

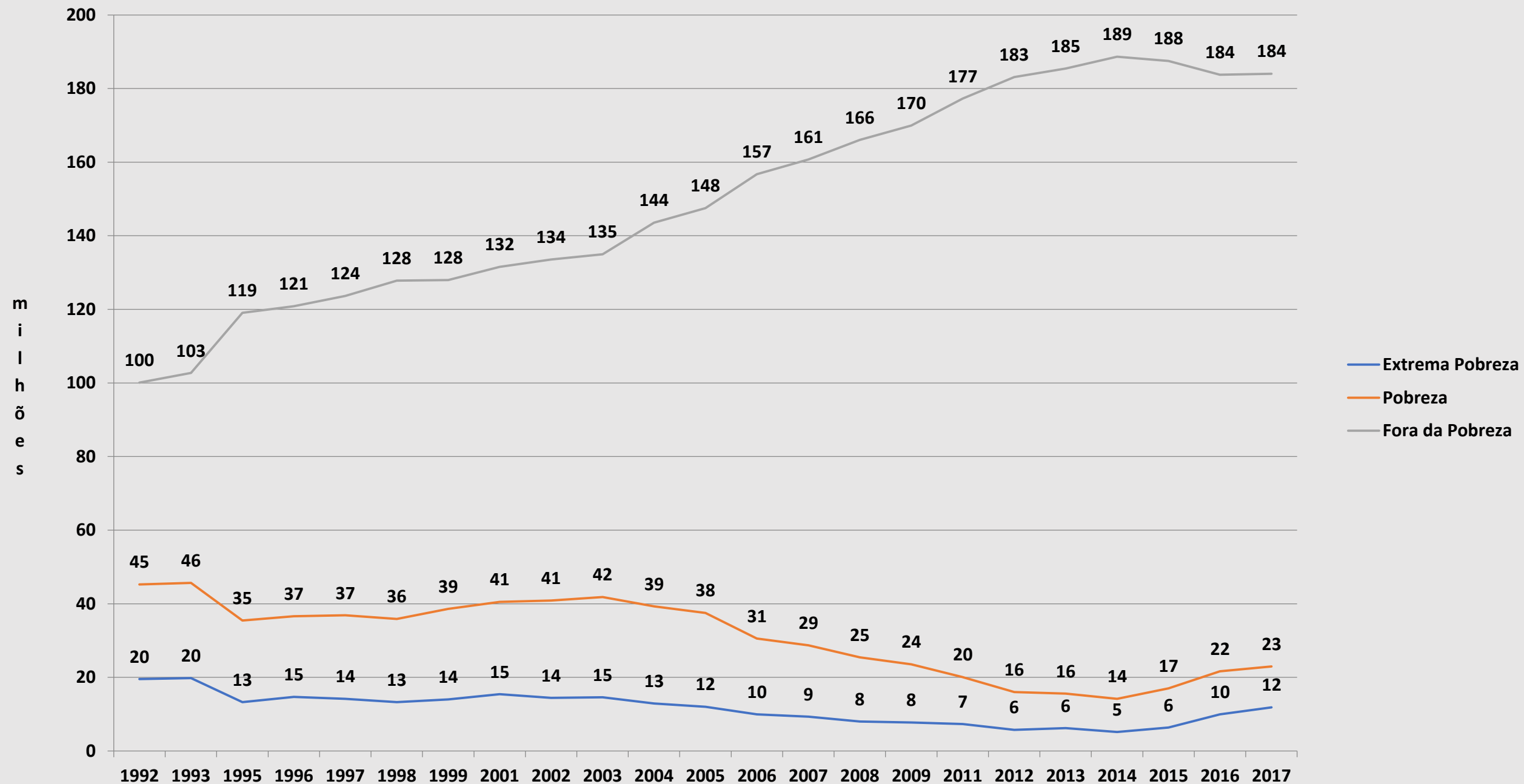


Elaboração: DIEESE

Brasil - Pobreza e Extrema Pobreza (milhões) 1992/2017

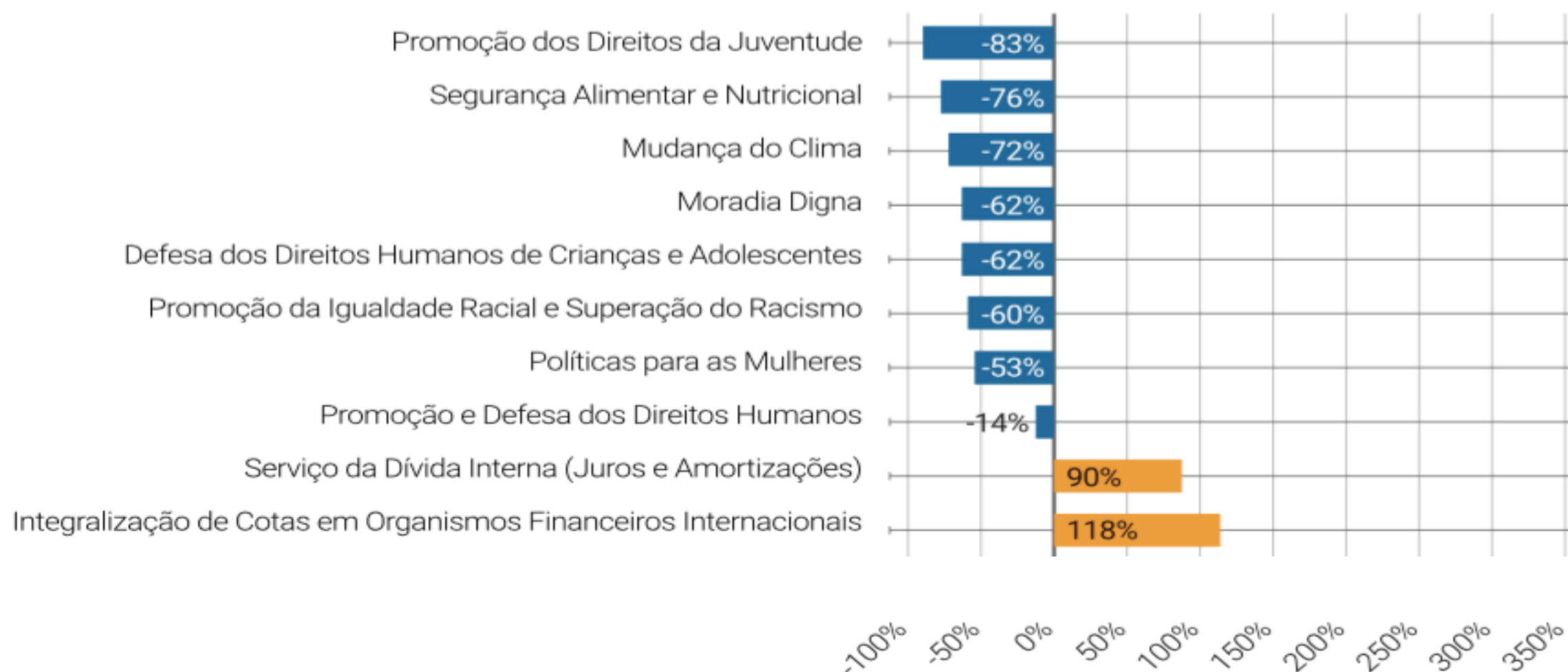


População fora da pobreza, em pobreza (total) e em extrema pobreza. Brasil. 1992 a 2017



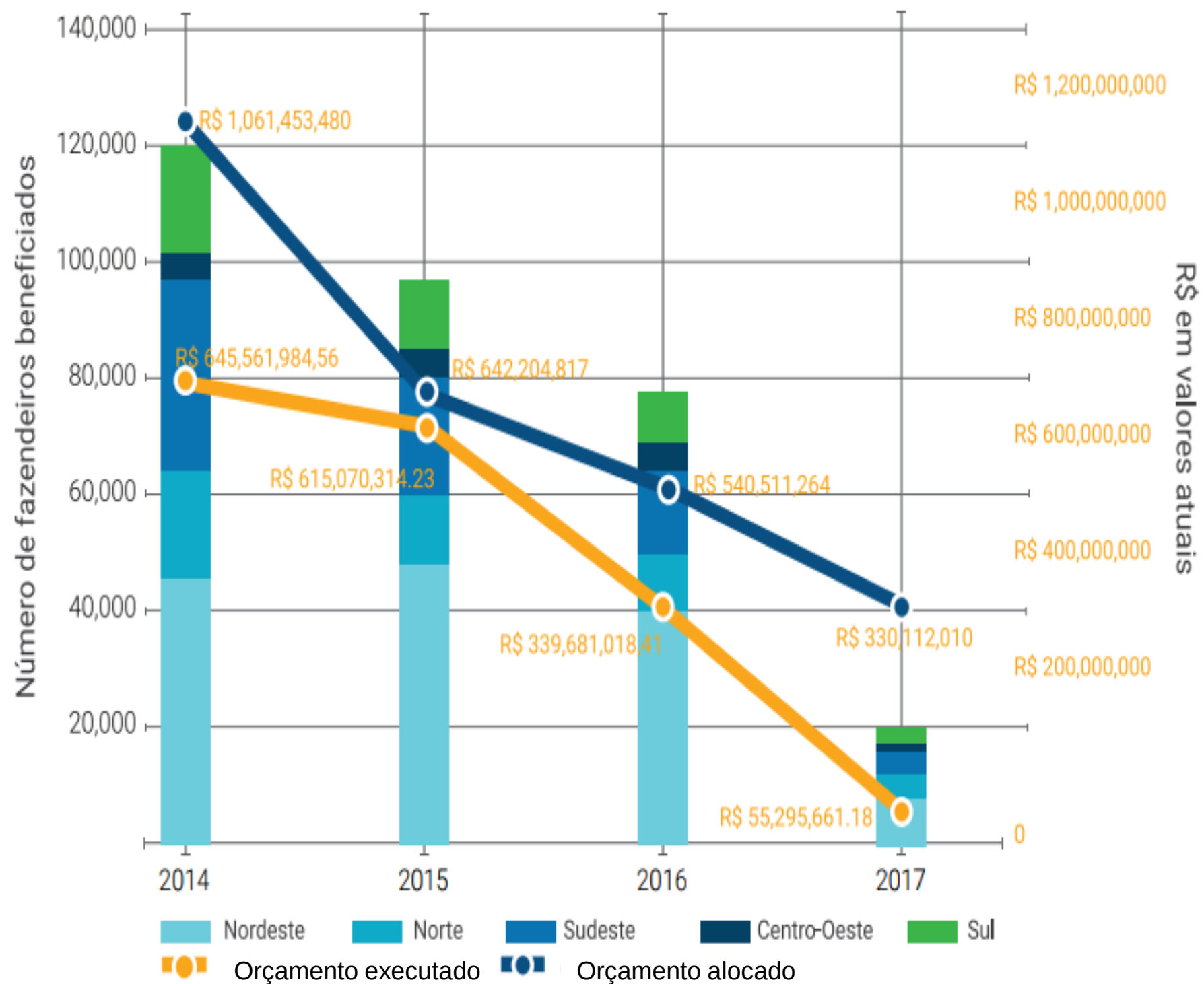
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Variações de dotações orçamentárias autorizadas nominais de programas selecionados do Brasil, 2014-2017



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de SIGA Brasil.

Número de agricultores familiares beneficiados por região e orçamento alocado e executado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)



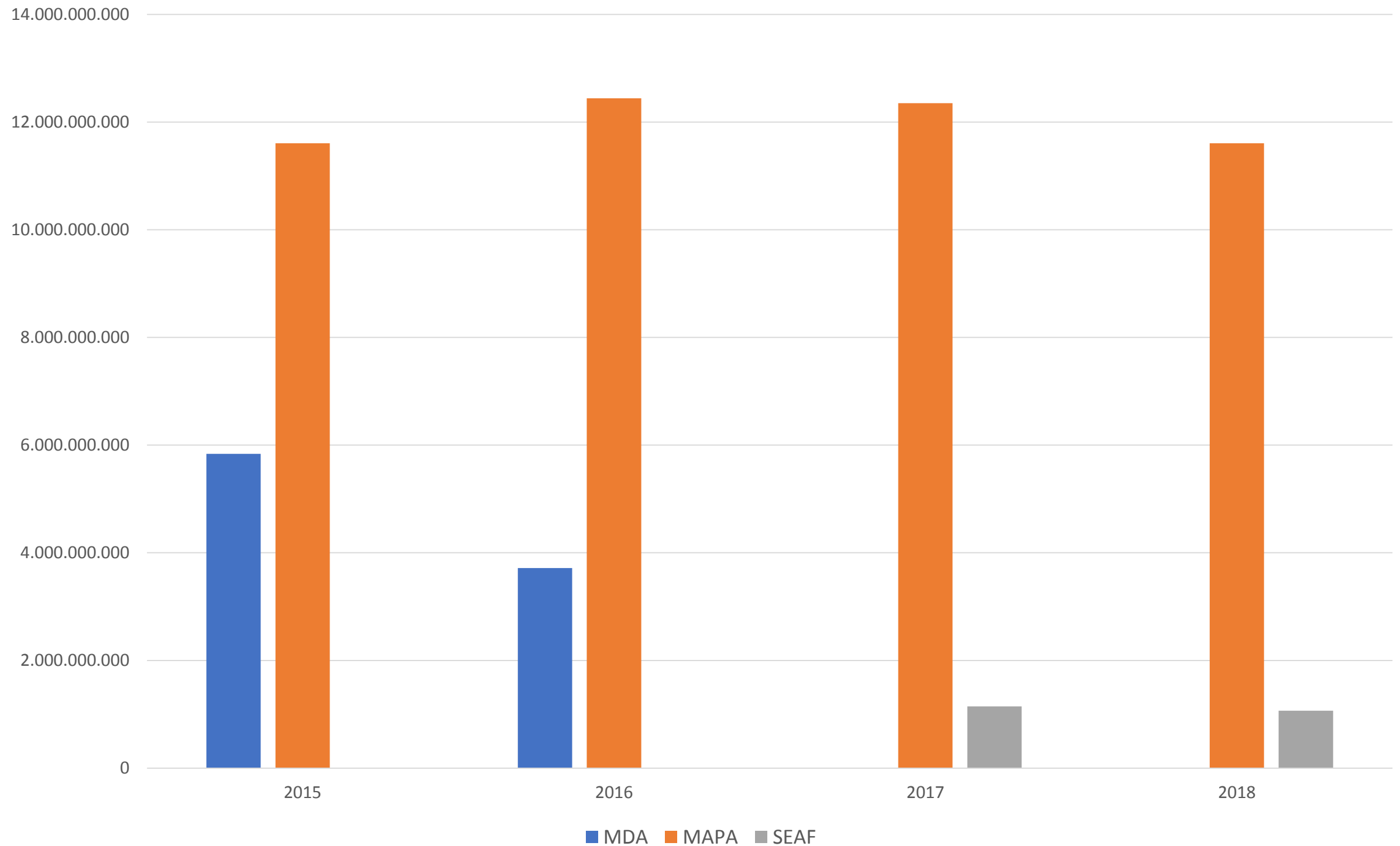
Retrocessos – Programas de SAN

Programa	LOA 2014	LOA 2018	corte
Programa de Distribuição dos Alimentos a grupos populacionais tradicionais	82 mi	24,4 mi	70%
Programa de Aquisição de Alimentos	1, 3 bi	431 mi	67%
Programa Água para Todos	643 mi	40 mi	94%
Inclusão Produtiva do Mulheres	32,5 mi	3,6 mi	88%
ATER para 1 milhão de famílias da AF	630 mi	185 mi	70%
ATES para assentados e extrativistas	357 mi	19,7 mi	95%

Fonte: CONSEA. Documento Síntese do Encontro Nacional 5ª Conferência + 2.
Brasília, fevereiro, 2018

Orçamento por órgão

Fonte: INESC



<https://www.youtube.com/watch?v=WmD0DcPZOvk>

